



História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Mäder, Maria Elisa

Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX

História Unisinos, vol. 12, núm. 3, septiembre-diciembre, 2008, pp. 262-270

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866837007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX

Civilization, barbarity and the spatial representations of the nation in the 19th century Americas

Maria Elisa Mäder¹

maisam@attglobal.net

Resumo. Partindo do argumento central de que a dicotomia civilização/barbárie pode ser considerada um dos eixos centrais da representação da nação nas Américas, no século XIX, este artigo analisa como o conceito de nação foi elaborado e concretizado nos textos e ações de alguns intelectuais latino-americanos, enfatizando o papel e a importância que eles atribuíam à natureza na constituição das características particulares e nacionais de um território, de um povo e de sua história. Nesse sentido, analiso como, na elaboração de seus projetos de nação, as idéias de civilização e barbárie adquirem novos e diversos significados relacionados à natureza e aparecem recorrentemente expressas em representações espaciais dicotômicas, como pampa/cidade, sertão/litoral. Essas imagens serão amplamente utilizadas como instrumentos de análise privilegiados no pensamento e nos discursos desses autores, tornando-se importante, por isso, investigar seus vários significados e desdobramentos.

Palavras-chave: civilização, barbárie, nação, sertão, pampa.

Abstract: Based on the core argument that the dichotomy between civilization and barbarity was one of the keys for the representation of the nation in the 19th century Americas, the article analyzes how the concept of nation was expressed in the texts and actions of some Latin Americans intellectuals. It points out the importance they attributed to nature in the constitution of the particular and national characteristics of a territory, a people and its history. It analyzes how in the projects of nation proposed by these authors the ideas of civilization and barbarity acquire new and different meanings related to nature and are recurrently expressed in dichotomous spatial representations such as pampas/city, interior/coast. These images are used as major analytical instruments in the thinking and discourses of these authors. Thus it is important to investigate their various meanings and developments.

Keywords: civilization, barbarity, nation, pampas, interior.

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A maioria dos intelectuais do século XIX atribuía grande importância à natureza na constituição das características particulares e nacionais de um território, de um povo e de sua história. Nesse sentido, na elaboração de seus projetos de nação, as idéias de civilização e barbárie – consideradas aqui como eixos centrais da representação da nação nas Américas no século XIX –, vão adquirir novos e diversos significados relacionados à natureza e aparecerão recorrentemente expressas em representações espaciais dicotômicas como, por exemplo, pampa/cidade, na Argentina, sertão/litoral, no Brasil. Essas imagens serão amplamente utilizadas como instrumentos de análise privilegiados no pensamento, nos discursos e nas ações desses intelectuais, e, por isso, torna-se fundamental investigar seus vários significados e desdobramentos. A natureza pode ser entendida como um objeto sobre o qual se elaboram representações que carregam visões de mundo e contribuem para a elaboração de imagens e idéias que vão compor discursos diversos, entre eles, os constitutivos da identidade de um território e de uma nação (Prado, 1999).

No caso das nascentes nações americanas, essa relação entre o meio natural e a idéia de nação teve um peso ainda maior, pois esteve apoiada e encontrou legitimidade na antiga e constante referência à pujança da natureza e à grandiosidade do território nas Américas – elementos que lhe conferiram ora positividade, ora negatividade, mas sempre singularidade (Gerbi, 1996) –, presentes desde muito tempo nas narrativas de cronistas, viajantes, missionários e naturalistas sobre o Novo Mundo, agora lidos através das lentes da tradição romântica como importantes instrumentos de afirmação nacional.

Minha hipótese é que a exaltação da natureza nas Américas pode ter substituído o papel que a tradição e a herança desempenhariam no processo de legitimação dessas novas identidades. Os construtores das novas nações americanas não podiam e não queriam, neste momento, vangloriar-se de seu passado, fosse o passado colonial dos últimos séculos – identificado ao obscurantismo, ao atraso, o oposto do progresso e das luzes da época, fosse o passado mais remoto das dinastias indígenas, ambos inconciliáveis com as novas idéias de humanismo, tolerância e liberdade civil. Por isso, vão vangloriar-se e buscar legitimidade não em uma herança histórica ou em uma antiguidade mítica, mas no vigor fecundo da natureza circundante, vigorosa, exuberante, que parecia prometer generosamente, ou mesmo garantir um desenvolvimento futuro ilimitado.

Neste contexto, enquanto imaginavam suas nações, os hispano-americanos parecem ter sempre oscilado entre o culto à razão e o culto à tradição em seus escritos, acabando por exaltar os dois ao mesmo tempo. De um lado, esses intelectuais expressavam sua admiração pelos

princípios estruturais abstratos e racionais da nova ordem política surgida no século XVIII, que os teria ajudado a forjar uma desejada unidade entre a idéia de comunidade política em formação e a idéia de nação. De outro lado, louvavam a tradição. E porque havia também para eles a inevitabilidade da fascinação advinda da natureza, caberia a esta permanecer por muito tempo cumprindo as funções da tradição e do legado histórico e étnico. Descrita como exótica, a natureza tornou-se, assim, símbolo da particularidade histórica de um lugar e de um povo, base para a construção de uma positiva afirmação nacional.

Muitos podem ser os caminhos para pensar a relação entre elementos da natureza e a idéia de nação na construção das identidades nacionais na América Latina no século XIX. Foi nos textos de Anthony Smith (1998) que encontrei uma das mais interessantes e originais reflexões sobre esta relação. Ele observa que o conceito de identidade nacional tem sido objeto de um intenso debate nos últimos anos, por meio do qual se tem tratado de demonstrar apenas a índole imaginada e inventada dessas identidades. O autor critica essas análises, dizendo que, nelas, as qualidades particulares dessas identidades não são postas em relevo e a idéia de nação permanece definida em termos imprecisos. Para Smith, isto se deve, em grande parte, ao fato de que “sistematicamente omite-se a apreciação das dimensões históricas e os fundamentos étnicos das comunidades e das identidades nacionais, assim como o modo pelo qual o passado étnico contribui para conformar e inspirar o presente nacional” (Smith, 1998, p. 62).

Ele se propõe a oferecer outra abordagem para o problema, sustentando que a identidade de uma nação deriva tanto da reserva de mitos e lembranças comuns, como da natureza histórica da terra natal que a nação ocupa. Esses seriam os traços particulares, o que ele chama de legado étnico da nação.

Acentuando a natureza mutável das identidades nacionais, Smith vai explorar em seu texto algumas dimensões sociais e culturais, por meio das quais se transmitem estas identidades, reinterpretam-se e reconstituem-se as sucessivas gerações, constituindo o que ele chama de “mapas cognoscitivos”, mediante os quais se conforma a pátria ou a nação e se lhe outorga sentido.

Ele afirma que todo conceito de identidade nacional se baseia no processo de assimilar, delimitar e reinterpretar uma terra natal autêntica que una os ancestrais com os vivos e com os que estão para nascer. E diz que isso pode ser realizado de diversas maneiras: conferindo caráter histórico aos sítios naturais, por meio de um processo no qual montanhas, rios, lagos, vales etc. passam a ser considerados peculiaridades da comunidade, desempenhando uma função intrínseca na vida deste

grupo; naturalizando lugares e monumentos históricos, fazendo com que túmulos, castelos, abadias, altares e templos convertam-se em parte fundamental dos conceitos emergentes de “terra natal”; consagrando seus sítios históricos, convertendo-os em altares e objetos de peregrinação, exemplo do caso de altares de santos nacionais como o da Virgem de Guadalupe, no México, o de Santiago de Compostela, na Espanha, particularmente eficazes na criação da idéia de comunidades eleitas e que ocupam porções distintas e consagradas da terra. Contudo, diz ele, talvez o meio mais eficaz de traçar mapas cognoscitivos da terra natal consista em conferir um caráter étnico aos panoramas. Quer dizer, dirigir às paisagens parte da comunidade, convertê-las em propriedades e expressões de um povo que, em conseqüência, se reconhecem e tratam como algo único. Convertendo-se em “panoramas étnicos” únicos, com os quais seu caráter distintivo expressa o da comunidade (Smith, 1998). Este seria, segundo ele, o caso dos Alpes suíços, exaltados pelos poetas e aquarelistas do final do século XVIII, dos bosques finlandeses evocados pela música de Sibelius ou das solitárias estepes da Rússia descritas pelos artistas e viajantes russos.

Com base neste argumento de Anthony Smith, farei aqui uma análise comparativa sobre a idéia de nação nos textos de Domingo Faustino Sarmiento e de Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, dois autores e atores que se destacaram na história da construção de seus respectivos estados nacionais, a Argentina e o Brasil, na segunda metade do século XIX. Pretendo mostrar como a presença da imagem do pampa no famoso livro *Facundo*, de Sarmiento, e a imagem do sertão nos textos do Visconde de Uruguai podem ser tomadas como exemplos de apropriação étnica da paisagem e de construção e difusão de mapas cognoscitivos da terra natal de uma comunidade histórica particular, no caso, as nações argentina e brasileira.

O argumento de Anthony Smith também nos permite recuperar e fazer uma nova leitura de importantes e recorrentes idéias formuladas por inúmeros pensadores dos séculos XVIII e XIX, não apenas americanos, mas também europeus, que concebiam a influência da natureza como fator de explicação para a história de uma nação e para a constituição de particulares identidades nacionais. Montesquieu, Michelet, Tocqueville e Herder, por exemplo, indicaram e cuidaram de descrever em suas obras a presença do meio natural, da geografia, como elemento determinante em relação ao homem e suas formas de organização política, constituindo uma larga tradição que explica o homem e sua cultura a partir de sua condição geográfica.

Esses autores certamente eram conhecidos por Sarmiento e Uruguai e muitos aparecem citados em suas obras demonstrando a grande influência que tiveram sobre

eles. Na Introdução do *Facundo*, ao se propor a desvendar o enigma da organização política da República argentina, Sarmiento mostra a importância que para ele a natureza tinha na constituição de uma nação e das características de seu povo, ao dizer: “É preciso, porém, para desatar este nó, que a espada não pôde cortar, estudar prolixamente as voltas e revoltas dos fios que o formam e buscar nos antecedentes nacionais, na fisionomia do solo, nos costumes e tradições populares, os pontos em que estão unidos” (Sarmiento, 1996, p. 47). Também o Visconde do Uruguai, ao desenvolver o argumento de que “a centralização e a descentralização dependem muito das circunstâncias do país, da educação, hábitos e caráter nacionais” (Sousa, 2002, p. 426), fala sobre a experiência de centralização política francesa dizendo que ela não se deve “somente às suas instituições, mas à agregação do seu território, à sua posição geográfica e às suas circunstâncias topográficas” (Sousa, 2002, p. 438).

Todavia, é importante ir além e perceber a leitura dessas idéias entre nossos intelectuais, não como meras reproduções, mas sim como apropriações muito particulares que lhes conferiam novos significados e valores, em contextos diferentes. No caso dos novos Estados nacionais latino-americanos, recém libertados da sua condição colonial, a natureza identificava-se ao território que era definido para servir *a priori* como o lócus para o escopo da “nação imaginada” e como o espaço privilegiado e singular para a concretização da soberania política desses Estados.

É significativo que Sarmiento inicie seu livro *Facundo* com um capítulo denominado “Aspecto físico da República Argentina e caracteres, hábitos e idéias que engendra”, e que a epígrafe deste capítulo se refira exatamente ao pampa e seja de autoria de um viajante inglês, Francis Bond Head, que escreveu sobre a natureza na região do Prata. Utilizando-se assim de referências comuns aos homens de ciência e demais letrados do século XIX, Sarmiento inscreve-se entre aqueles que acreditavam que a ênfase dada pela história natural às singularidades da natureza “oferecia as bases para a constituição de um ser americano distinto, original e autônomo” (Prado, 1996, p. 36).

Por um lado, é possível perceber a forte relação que existe para ele entre natureza e destino nacional por um viés positivo, pois se trata de uma paisagem que pode reservar um grande destino e um lugar especial para a nação argentina entre as nações civilizadas. Sarmiento refere-se à Argentina como a “Tebas do Prata”, que virá a ocupar “a posição elevada que lhe cabe entre as Nações do Novo Mundo” (Sarmiento, 1996, p. 47). Mas, para isso, essa paisagem tem que ser domada, especialmente a cruel e rude geografia do pampa. Por outro lado, essa originalidade dada pelas características naturais aparece também no *Facundo*, profundamente marcada por uma leitura negativa que parece central e constante no reco-

nhecimento dessa identidade: a grandeza desse território estava relacionada também à dispersão de seu povoamento, à existência de grandes espaços vazios, levando-o a um tema dominante no discurso sobre as nascentes nações americanas: o deserto.

A primeira descrição da paisagem feita por Sarmiento no *Facundo* a associa à idéia de imensidão, de deserto, a partir de algumas de suas características: a imensa vastidão do território e o vazio populacional nesta área: “O mal que aflige a República Argentina é a extensão: o deserto a rodeia por todas as partes, se lhe insinua nas entranhas; a solidão, o despovoado sem uma habitação humana, são geralmente os limites inquestionáveis entre uma província e outra” (Sarmiento, 1996, p. 65). Ao referir-se ao pampa, diz ser este, “a imagem do mar na terra, a terra como no mapa; a terra aguardando ainda que se mande produzir as plantas e toda a classe de semente” (Sarmiento, 1996, p. 67), associando-o também a idéia de vazio, de deserto.

A representação da América como deserto, como vazio, é antiga e parece ter sido a base para o desenvolvimento das representações espaciais dicotômicas que, a partir da associação das imagens do pampa e do sertão ao vazio, ao deserto e à barbárie; e das cidades e do litoral à civilização, construíam uma certa intencionalidade nos discursos e informavam as ações que iriam constituir aquelas nascentes nações. A utilização da idéia de deserto remete-nos também a outros significados importantes, tais como: a falta de governo, de leis, de educação, de população, de luzes, enfim, de tudo que representava para esses intelectuais as idéias de ordem e civilização.

Sabemos, porém, que em meados do século XIX tais áreas não estavam vazias, mas sim povoadas por índios, negros, mestiços; estavam “cheias” de “outros”, que, por não serem considerados, tornavam-se, para esses intelectuais, áreas naturalmente vazias, justificando a sua ocupação ou o seu preenchimento com o “nós” ou com os “nossos iguais”. É a partir dessa argumentação, da identificação dessas áreas com a barbárie e o deserto, e da necessidade de eliminá-las ou transformá-las, para que pudessem ser inseridas em um modelo de civilização, que os intelectuais da cidade letrada do século XIX, entre eles Sarmiento e Paulino, vão encontrar a justificativa para sua atuação.

Sarmiento afirma que, no território da Argentina, predomina um “aspecto geral, uniforme e constante” da paisagem que o faz parecer uma imensa planície. Ele vê nesta paisagem a existência de um elemento de unidade para a nação que justificaria sua organização político-administrativa unitária, tal qual ele defendia, estabelecendo assim uma relação direta entre as características naturais e as instituições sociais e políticas que o país deveria ter. Sarmiento diz que “a República Argentina

é única e indivisível” (Sarmiento, 1996, p. 69), e que “há uma organização do solo tão central e unitária naquele país que, mesmo que Rosas tivesse gritado de boa fé ‘federação ou morte’!, teria concluído pelo sistema unitário que hoje estabeleceu” (Sarmiento, 1996, p. 68).

Sarmiento, como numerosos intelectuais latino-americanos que desde a independência estiveram preocupados com a construção da nacionalidade inserida em um modelo de civilização, ao elaborar seu projeto civilizatório viu-se diante de um dilema: para ele, a parte civilizada de seus novos Estados eram as cidades, europeizadas, com suas elites cultas e letradas, enquanto aquela parte que geralmente marcava a sua especificidade e diferença em relação à Europa era a atrasada, semi-selvagem, violenta, “incivilizada” dos pampas. Herança recebida desde a Antiguidade clássica, que já opunha campo e cidade, dos tempos da Renascença, quando a cidade era sinônimo de civilização e civilidade e o campo de rudeza, rusticidade e selvageria, até o Iluminismo. As cidades aparecem sempre associadas à idéia de civilização, de progresso, significando, sobretudo, admitir ser a cidade o lócus natural para o exercício da política. Já o pampa aparece quase sempre associado à idéia de deserto, de barbárie, de selvageria, de ausência de ordem e de governo.

No *Facundo*, ele propõe, como uma lei universal, que as instituições associadas à civilização estavam concentradas nas cidades, e que estes centros deveriam promover o estímulo para a modernização do restante do país. De maneira um tanto simplista, Sarmiento contrasta as cidades européias da Renascença às do período feudal, ao afirmar que não havia e nem poderia haver vida pública durante a época medieval, porque os senhores feudais viviam em um relativo isolamento. Ele argumenta que a sociedade renascentista só foi capaz de alcançar um respeitável nível de cultura quando o centro do poder político e militar mudou do campo para as cidades. Depois de sua viagem para a Europa e Estados Unidos, esta imagem da experiência urbana sofre uma significativa mudança. Na França e na Prússia, Sarmiento se impressiona com os milhares de trabalhadores urbanos que vagam miseráveis pelas cidades. Na sua mente, surge então uma imagem contraditória dos centros urbanos europeus: eles eram tanto o lugar da grandeza e do progresso quanto da degradação, onde os mais sublimes e os mais miseráveis atributos da humanidade conviviam lado a lado. Ele realiza também que a oposição entre uma suposta civilização das cidades européias *versus* a barbárie do campo, na América, não se mostrava mais tão clara e possível. Contudo, em vez de questionar a utilidade e a validade dessa sua esquemática dualidade, ele simplesmente altera seu conteúdo. Desse tempo em diante, Sarmiento vai passar a defender a pequena cidade ou a vila como o centro do progresso e da

civilização. Para tal, muito contribuiu a experiência de sua viagem pelos Estados Unidos.

De qualquer maneira, podemos afirmar que, na sua perspectiva, as cidades deveriam realizar a vitória da civilização sobre a barbárie e a institucionalização da vida política do país. Sua interpretação sobre a tomada do poder por Rosas baseava-se em uma leitura da história da Argentina que via as guerras de revolução se desenrolando em duas fases: a primeira, considerada de forma positiva,

consistira na luta das cidades contra a opressão espanhola, em favor da liberdade que levara ao desenvolvimento da civilização; a segunda – negativa – mostrava a luta dos caudilhos contra as cidades, cuja vitória significou o domínio da barbárie representada por Facundo e Rosas (Prado, 1996, p. 28).

Pode-se pôr em relevo aqui a preponderância que Buenos Aires tinha, para Sarmiento, entre todas as cidades, como centro irradiador de civilização na República argentina. Note-se que, entre os elementos apontados por ele que tornam Buenos Aires o centro da civilização, está a sua proximidade com a civilizada Europa, o que faz dela a “porta para dentro e para fora”, e a sua localização geográfica privilegiada na embocadura do Rio da Prata, situando-a entre “dois grandes mares”: os pampas e o Rio da Prata. Não se pode esquecer também o fato de Buenos Aires ter liderado a resistência aos ingleses, quando da invasão em 1806, despertando, segundo Sarmiento, um sentimento de autonomia e poder que desencadeou os movimentos revolucionários de independência em 1810. Mas também é possível perceber uma visão mais crítica dele em relação ao papel de Buenos Aires na futura organização política da República do Prata, presente sobretudo em seu livro *Argirópolis*. Sabemos que ao longo de sua vida ele assinalou como uma das causas para as divisões internas da Argentina o desequilíbrio de riquezas públicas e privadas entre Buenos Aires, centro do comércio com a Europa e dona da aduana, e as demais províncias.

Da tentativa de domínio do homem sobre essa paisagem muitas vezes hostil, selvagem e cruel do pampa, brotavam também, para Sarmiento, a originalidade e a especificidade do povo argentino. E, sem dúvida, o tipo que melhor encarna o que há de mais original neste povo é o gaúcho, com seus caracteres “indômitos e altivos que nascem desta luta do homem isolado com a natureza selvagem, do racional com o bruto” (Sarmiento, 1996, p. 79), demonstrando toda a ambigüidade e tensão presentes no seu texto.

Para entender esta afirmativa, é necessário ultrapassar as análises superficiais do *Facundo*, que só vêem as imagens do gaúcho identificadas a valores negativos e,

portanto, como um elemento social que deveria desaparecer. Uma leitura mais cuidadosa e atenta nos permite perceber as sutilezas de sua análise e certa positividade e orgulho, presentes neste tipo que encarna, em grande parte, a nação imaginada por Sarmiento e que, portanto, pode e deve ser, em parte, incorporado a ela. É possível perceber muitas vezes uma valorização do gaúcho, apesar de considerá-lo bárbaro, pelo fato de ele ser um elemento que é capaz de domar a natureza hostil do pampa.

No capítulo II do *Facundo*, encontramos a descrição de representativas imagens associadas ao gaúcho. Depois de lembrar as marcas negativas que a vida pastoril impôs para a organização política, para o triunfo da civilização e para a riqueza, Sarmiento aponta para a face original e positiva deste legado:

não se pode, por outro lado, negar que esta situação tem seu lado poético, faces dignas da pena do romancista [...] é o que resultará da descrição das grandiosas cenas naturais, e, sobretudo, da luta entre a civilização européia e a barbárie indígena, entre a inteligência e a matéria: luta imponente na América, e que dá lugar a cenas tão peculiares, tão características e tão fora do círculo de idéias em que foi educado o espírito europeu, porque os recursos dramáticos tornam-se desconhecidos fora do país onde os usos são surpreendentes e os caracteres originais (Sarmiento, 1996, p. 85).

Na história da Argentina, chama a atenção a recorrência com que autores clássicos se utilizaram da imagem espacial do pampa, como recurso significativo para o reconhecimento de sua identidade nacional e para a interpretação de sua história. Existe na Argentina uma poesia, assim como uma literatura, gauchesca de grande tradição que fundamenta uma certa identidade: a poesia de Bartolomé Hidalgo; Hilário Ascasubi; Esteban Echeverría, com seu famoso poema *La Cautiva*; o *Martín Fierro* de José Hernandez; Ezequiel Martínez-Estrada, por exemplo. Em todos eles, o pampa, com seus “índios selvagens e seus bárbaros gaúchos”, aparece como uma imagem muito forte, carregada de significados e também ambígua, porque identificada muitas vezes a valores negativos, mas também capaz de expressar certa positividade, na medida em que dessa mesma paisagem brotavam a originalidade e a especificidade do povo argentino, reforçando nossa argumentação.

Assim, recuperando uma larga tradição, Sarmiento refere-se à presença da natureza, principalmente dos pampas e de seus gaúchos na literatura e na poesia argentinas, ressaltando agora seu papel na narrativa da nação.

No que se refere ao povo argentino, ele diz que “o simples e constante olhar deste sobre o horizonte incerto,

imenso, indefinido e vago, tanto o afasta, quanto o fascina, assaltando-o de temores e incertezas fantásticas, e de sonhos que o preocupam desperto, o que já se constitui, por si, em poesia”. Disso resulta, segundo Sarmiento, “que o povo argentino é poeta por caráter, por natureza” (Sarmiento, 1996, p. 87). Ele produz tanto a poesia culta, a poesia da cidade, como também a poesia popular do gaúcho, enfim, produz uma literatura e uma poesia particulares e nacionais.

Podemos voltar agora ao texto de Anthony Smith, que fala da importância para a constituição de um sentimento de identidade nacional, da existência de “espaços poéticos” com os quais se identificar. Para esse autor, o que constitui uma pátria e um território nacional é o que as pessoas investem nela como significados e emoções. Criar um sentido de identidade nacional onde não havia exige mais que cartografia, censos e administração colonial, pois um autêntico “mapa cognoscitivo” da terra natal também é uma organização do espaço da experiência histórica e dos sentimentos de seus povoadores. Tais mapas proporcionam uma identidade cultural coletiva mediante a localização e o apego dos habitantes aos sítios naturais, históricos, sagrados e étnicos que consideram seus, e aos que, por sua vez, sentem pertencer, o que cria um sentimento da poesia das paisagens especiais ou “poéticas”, que, de fato, são étnicas e históricas. Os espaços poéticos, como o pampa, para os argentinos,

contêm fortes cargas de sentimento coletivo e de significado, procedentes da associação histórica e da familiaridade étnica. Cada um de seus membros pode, e o faz com frequência, identificar-se com estes sítios e espaços que, por sua vez, consciente e inconscientemente, dão forma a seu sentido de identificação com os espaços poéticos e panoramas étnicos onde se localizam. De modo que uma comunidade que obtém grande parte de seu caráter dos panoramas poéticos com que se identificam seus membros acredita estar situada em um terreno especial, e suas gerações sucessivas chegam a apegar-se a uma porção específica da terra, que identificam como “própria” para sempre, como lugar aonde seu destino único terá lugar (Smith, 1998, p. 66).

É assim como um espaço poético que proponho que sejam lidas as imagens construídas por Sarmiento para falar do pampa. Certamente, em sua narrativa, ele ultrapassa a sua descrição física e o investe de significados e emoções que ajudam a construir um sentido de identidade nacional não só entre seus habitantes, os gaúchos, mas entre todos os membros dessa particular comunidade imaginada, que com ele também vão se identificar.

Passemos agora para a análise da relação entre elementos da natureza e construção da idéia de nação nos textos do Visconde do Uruguai. Em seu livro *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, de 1862, Paulino chama a atenção para a importância das características naturais do território na organização e na divisão política, administrativa e judiciária de um país. Segundo ele, é o território que determina a concentração da população e a riqueza das diferentes regiões, constituindo-se, por isso, em um elemento-chave nesta organização. Igualmente reconhece como marcas de nossa identidade a grandeza do território, a dispersão de seu povoamento, a existência de grandes espaços vazios, levando-o também ao tema do deserto.

Para Uruguai, a parte civilizada dessa nova nação era o litoral, onde se localizavam suas cidades, com suas elites cultas e letradas, que cultivavam a ordem e a propriedade, enquanto aquela parte que geralmente marcava a sua especificidade e diferença em relação à Europa estava fortemente associada ao sertão, era atrasada, semi-selvagem, violenta, “incivilizada”, vazia de população, de ordem e de governo. Escreve ele: “No interior de muitas de nossas Províncias vivem os seus habitantes separados uns dos outros e das povoações por grandes distâncias, cobertas de matas e serras em um certo estado de independência, e fora do alcance da ação do governo, e das autoridades” (Sousa, 1841, p. 19). Lembrando muito Sarmiento, Uruguai assinala aqui a forte associação entre a dispersão da população por áreas rurais, a inexistência de vínculos fundados no interesse comum e a carência de civilização, apontando para uma relação positiva entre povoamento e civilização. Mas as suas distintas concepções de ordem política vão levar a diferentes entendimentos dessa questão. Para Uruguai, a dispersão da população, o vazio e suas consequências negativas devem ser inseridos na perspectiva da necessidade da centralização da administração que propiciaria um maior controle político. A civilização só adviria com a implantação de uma ordem centralizada que mantivesse a liberdade com autoridade. Civilizar significava, então, para ele, generalizar o princípio da ordem estendendo o raio de ação da autoridade, expandindo a capacidade regulatória do governo do Estado, por meio da criação de um aparato administrativo subordinado a um comando único (Mattos, 1987).

O sertão para Uruguai pode também ser tomado como exemplo de apropriação étnica da paisagem e de construção e difusão de mapas cognoscitivos da terra natal de uma comunidade histórica, no caso, a nação conformada no seu projeto de Império do Brasil. De início, podemos dizer que o sertão aparece nos discursos do Visconde do Uruguai não como um espaço poético, como o pampa para Sarmiento, mas apenas como um espaço de representações que propiciam o surgimento

de imagens sempre negativas e relacionadas ao vazio, à idéia de deserto, à falta de governo, de leis, de religião, de educação, de população, de luzes, enfim, de tudo que representasse a ordem e a civilização.

E é da constante associação do sertão com estas imagens negativas que ele deriva seus argumentos sobre a necessidade e utilidade da centralização como instrumento civilizador desses espaços e elemento principal da sua concepção de ordem política.

No caso do Brasil, é importante ressaltar o fato de a oposição espacial mais recorrentemente utilizada ser entre o sertão e o litoral. Isso não exclui a oposição com as cidades, apenas reforça o fato de nossas principais cidades, por terem entre suas funções principais serem cidades portuárias, estarem localizadas no litoral. No Relatório de Paulino como ministro da Justiça, de 1841, ele confirma o uso desta oposição:

Essa população que não participa dos poucos benefícios da nossa nascente civilização, falta de qualquer instrução moral e religiosa, porque não há aí quem lhe subministre, imbuída de perigosas idéias de uma mal entendida liberdade, desconhece a força das leis, e zomba da fraqueza das autoridades, todas as vezes que vão de encontro aos seus caprichos. Constitui ela, assim, uma parte distinta da sociedade do nosso litoral e de muitas de nossas povoações e distritos, e principalmente por costumes bárbaros, por atos de ferocidade, e crimes horríveis se caracteriza (Sousa, 1841, p. 19).

Outra imagem interessante associada ao sertão como lugar da barbárie, é a de um espaço que não está submetido a uma atividade econômica regular e no qual seus habitantes não estão inseridos no mundo do trabalho, o que, conseqüentemente, torna-os mais vulneráveis à influência de ódios e paixões. Por isso, Paulino, quando era Ministro da Justiça, em 1841, propõe como uma das medidas para ajudar na repressão ao movimento que eclodiu na província do Grão-Pará a introdução, nessas regiões, “do hábito da subordinação, e do trabalho, perdido o da ociosidade, e feroz licença em que tem vivido” (Sousa, 1841, p. 7). A idéia dele é a de que a disciplina conseguida pela sujeição ao trabalho iria atuar como um remédio contra esse ambiente do interior contaminado pela ausência de regras e ordem.

Deslocando os significados do sertão mais uma vez para o campo da política (Coser, 2005) podemos ressaltar a relação entre predomínio dos interesses pessoais e particulares e estes espaços do interior, chamados algumas vezes, por Paulino, de “pequenas localidades”. Nos seus relatórios, tanto de Presidente da Província quanto de Ministro da Justiça, Paulino alertava para o fato de que, nas pequenas lo-

calidades, os partidos que competiam pelos cargos não eram políticos, mas de famílias e influências locais, constituindo-se, por isso, muito mais como facções políticas.

No *Ensaio*, ele retoma esta idéia afirmando que a luta política nas localidades não se dava em torno de princípios, mas apenas com o intuito de ocupar os cargos públicos para perseguir os adversários. Desta forma, Paulino mobilizava uma distinção entre partido e facção, existente no debate político brasileiro desde o final do Primeiro Reinado. Os partidos organizados em torno de princípios e vigiados por uma opinião pública constituíam um fato que ocorria apenas nas regiões civilizadas, ou seja, nos maiores centros urbanos do Império, especialmente na Corte. Nas regiões marcadas pela barbárie, no sertão, os grupos políticos constituíam-se em facções, que se organizavam longe dos olhos da sociedade, em busca do controle dos cargos públicos, com o único objetivo de perseguir o grupo rival.

Decorre daí a idéia do sertão como o lugar da impunidade, da ausência de leis. Ao referir-se à violência que imperava no interior das províncias do Império, em 1841, Paulino queixa-se da falta de segurança, da fraqueza da Guarda Nacional e do deplorável estado em que se acha a administração da Justiça. Trata-se de espaços onde imperam homens prepotentes que, fortalecidos pelas suas relações familiares, somente reconhecem como lei a sua vontade e que, para se tornarem temidos, lançam mão do uso da violência. O diagnóstico do ministro da Justiça é bastante grave e o remédio proposto é um governo centralizado e forte, que seja capaz de impor a lei, a ordem, garanta a segurança e a propriedade dos cidadãos do Império e chegue até os recônditos mais distantes deste tão vasto país.

Ao tratar da população que vive no sertão, Uruguai diz que esta não poderia ser chamada de uma população de homens livres ou de cidadãos de um Império constitucional. Vivendo em um mundo sem leis, sem governo, sem ordem, no qual imperavam os interesses particulares, as facções e a violência, esta população deveria ser comparada a “um complexo de pequenos feudos, onde há Senhores e Vassalos, e onde as Autoridades Policiais e Criminais são em tudo deles dependentes”. O mais grave para ele é que estes homens viviam à margem da ação do Estado. Intencionalmente Uruguai estabelece uma oposição entre as idéias de vassalo e cidadão. O vassalo é aquele que estabelece um vínculo com o Senhor, recebendo dele honra e benefícios em troca da prestação de serviços e da obediência. A relação aqui é de dependência pessoal e de subordinação à vontade do Senhor, o que caracterizaria uma relação antagônica à do cidadão para com o Estado que o protege por meio da aplicação de um conjunto de leis iguais para todos e assegurada pela Constituição, típica de governos civilizados (Coser, 2005).

Ele acreditava que o fato da população do sertão, do interior, distinguir-se pela barbárie, e a do litoral, pela civilização, devia-se em grande parte às facilidades de contatos desta última com as nações civilizadas da Europa, propiciadas pela sua maior proximidade geográfica com as mesmas.

Outro elemento que pode ainda ser destacado em uma perspectiva comparada é o da afirmação da preponderância do Rio de Janeiro como centro de civilização no Império brasileiro, assim como o era Buenos Aires em relação à República Argentina idealizada por Sarmiento. Para o Visconde do Uruguai, o Rio de Janeiro era o centro irradiador da civilização e, como tal, deveria ter seus interesses reconhecidos como os interesses de todo o Império. Sua localização geográfica contribuía para tal. Possuía duas “portas”, uma para o sertão, isto é, para o interior, e outra para o mundo exterior, principalmente para a Europa, constituindo-se na “ponte” entre esses dois mundos. A capital do Império e principal porto do país era o centro administrativo, mercantil, financeiro, político e cultural. Nela, cultivava-se o café, produto mais importante da nossa agricultura de exportação e fonte de civilização. No relatório de Presidente da Província, de 1838, Paulino afirma ter o café se tornado, naquela época, o principal produto de exportação da província, sendo este cultivo responsável pela transformação dos “sertões outrora incultos, ermos e cobertos de matas virgens” em áreas povoadas e cobertas de estabelecimentos rurais e, portanto, civilizadas.

Ao Rio de Janeiro cabia assim, segundo Paulino, a imposição da ordem política imperial centralizada que afastaria a anarquia e a desordem. Pode-se perceber aí uma forte herança que permaneceu nesta nova ordem política imperial, na medida em que o Rio de Janeiro, tendo sido sede do governo colonial desde o século XVIII e, portanto, o seu mais importante centro de poder político e administrativo, tornou-se capital do Império luso-brasileiro com a vinda da família real e, depois com a independência, virou a capital do novo Estado nacional. Desde os tempos coloniais, o Rio oferecia condições para o exercício de toda uma vasta política de soberania que precisava, sob o ponto de vista do projeto de nação dos Saquaremas, ser executada com rapidez e eficiência.

Podemos concluir então que, sejam o pampa ou o sertão, estas paisagens, ou melhor, estes espaços naturais assumiram, em várias ocasiões e tempos diversos, significados simbólicos altamente mobilizadores das atitudes dos homens que viveram aquela experiência de construção dos estados nacionais americanos. Estes se constituíram muitas vezes em fundamentos daquelas identidades nacionais, em explicações para especificidades culturais, em elementos de formulação de utopias nacionais e de legitimação para

ações políticas, verdadeiros “mapas cognoscitivos” da terra natal. No nosso caso, vimos que aquelas paisagens estavam identificadas à barbárie, ao vazio, à selvageria, justificando a elaboração de projetos e a concretização de uma série de ações políticas “civilizatórias”, que justificavam o papel que aquela elite letrada reservava para si mesma naquele contexto.

Cabe ressaltar ainda que, se as representações da nação elaboradas nos textos de Sarmiento e Uruguai foram construídas tendo como eixo central o par dicotômico civilização/barbárie e seu desdobramento em representações espaciais como sertão/litoral, pampa/cidades, isso não significa que para eles esses elementos fossem, na realidade, necessariamente excludentes, um só podendo existir sem o outro. Na verdade, o que deve ser destacado nessas elaborações é o fato de elas serem constituídas por elementos cambiantes – a barbárie pode transformar-se em civilização, o deserto, representando o vazio, a desordem e a selvageria, pode tornar-se “cheio” – de ordem, de população, de civilização. É a possibilidade da transformação de um em outro que dá sentido aos projetos “civilizatórios” de nação dos autores estudados. Para reforçar esse argumento, tome-se o próprio subtítulo dado por Sarmiento ao seu livro *Facundo*: ele propõe e escreve *Civilização “e” Barbárie*, apesar de toda sua argumentação habilmente levar a pensar em uma oposição – *Civilização “ou” Barbárie*. Ele estabelece assim uma imaginária relação entre dois mundos antagônicos e justapostos, estabelecendo por intermédio da ficção esta conjunção, escrevendo o livro na fronteira entre esses dois mundos. No Visconde do Uruguai, não encontramos esta oposição formulada de maneira tão requintada, mas a encontramos recorrentemente como estratégia política que dá legitimidade à sua interpretação daquela realidade, aos seus discursos e intervenções políticas.

Trata-se de uma visão dicotômica que procurava dar uma unidade de sentido mais vasta àquelas experiências históricas, como se eles vivessem realmente, naquele momento da constituição dos seus respectivos estados nacionais, uma “luta obstinada” entre a civilização e a barbárie, mas na verdade constituíam discursos que deixavam entrever que algo de único e novo estava se constituindo nas Américas.

Referências

- COSER, I. 2005. Civilização e Sertão no pensamento social do século XIX. *Caderno CRH*, 18(44):237-248.
- GERBI, A. 1996. *O Novo Mundo: história de uma polêmica. 1750-1900*. São Paulo, Companhia das Letras, 562 p.
- MATTOS, I.R. de. 1987. *O Tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília, Ed. Hucitec/INL, 336 p.
- PRADO, M.L. 1996. Introdução. In: D.F. SARMIENTO, *Facundo*:

- Civilização e barbárie*. Petrópolis, Vozes, p. 19-40.
- PRADO, M.L. 1999. *América Latina no século XIX: Tramas, telas e textos*. São Paulo, Edusp, 228 p.
- SARMIENTO, D.F. 1996. *Facundo: Civilização e barbárie*. Petrópolis, Vozes, 339 p.
- SMITH, A.D. 1998. Comemorando a los muertos, inspirando a los vivos: Mapas, recuerdos y moralejas en la recreación de las identidades nacionales. *Revista Mexicana de Sociología*, LX(1):61-80.
- SOUSA, P.J.S. de. 1841. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Justiça do*

- anno de 1840 apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na sessão ordinaria de 1841, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Sousa*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional.
- SOUSA, P.J.S. de. 2002. Ensaio sobre o Direito Administrativo. In: J.M. de CARVALHO (org.), *Visconde do Uruguai*. São Paulo, Editora 34, p. 67-482.

Submetido em: 30/03/2008

Aceito em: 21/05/2008